

Freitas Nobre



A arte de escolher ministros

Brasília vive a atmosfera que precede uma reforma ministerial, embora mergulhada nas dificuldades da Constituinte.

O presidente aguarda a posse dos governadores para a reformulação parcial do seu Ministério.

As pressões são de toda ordem.

Agem os governadores que estão deixando seus postos, esperançosos de um lugar ao sol, pois saem sem mandatos e com a necessidade de colocarem primeiro seus nomes, ainda que em prejuízo de outros anteriormente indicados por eles.

Pressionam os novos governadores, sussurrando aos ouvidos do presidente e de seus mais íntimos, os candidatos de sua preferência, quando não, eles próprios, nomes que, em nenhum caso, coincidem com os propostos pelos antecessores.

Ulysses, tão acumulado de tarefas e de sobressaltos regimentais, ficará feliz se mantiver os que indicou.

Mas esse trabalho de reivindicação, convencimento e pressão quase sempre não é transparente.

Sarney deve ter aprendido muito com

Tancredo. E precisava, pois, no longo período da ditadura, as consultas praticamente não existiam e as pressões eram mais internas do Alto Comando do que dos governadores biônicos, que em geral tinham a volúpia da subversão, somente cuidando de preservar-se, depois de ungidos pelos Colégios das Assembléias Legislativas.

Na formação do Ministério da Nova República, Tancredo tinha os nomes em geral retirados de um entendimento, com as direções dos partidos que o apoiavam e com alguns governadores. Mas, de hábito, eram nomes que ele indicava para serem sugeridos.

A Chefia da Casa Civil e o governo do Distrito Federal, por exemplo, não estavam senão em sua memória. O próprio presidente Sarney vacilou durante algum tempo quanto à Chefia da Casa Civil, até convocar o ministro Castelo Branco, logo depois substituído pelo seu companheiro de maior intimidade política e partidária, o senador Marco Maciel.

No dia 11, poucos dias antes, portanto, de seu internamento no Hospital de Base, jantamos na sede de **A Manchete**, em Brasília.

Demonstrando como era difícil essa composição ministerial, Tancredo nos disse: "Estou sofrendo mais que mulher de sargento de polícia". Como retrucássemos que mulher de sargento de polícia tem suas vantagens, pois, no Interior, ganha uma série de presentes (galinha, frutas, flores — só se em Minas é diferente...), Tancredo sorriu como se quisesse completar: você que pensa...

Em outra oportunidade, discutindo o futuro Ministério, revelou que seu compromisso de fazer Fernando Lyra ministro estava solucionado.

O governador Montoro lhe havia contado que na França existe um ministro para os

Assuntos Parlamentares e que é responsável pelos contatos com o Legislativo.

Tendo morado em Paris e trabalhado ali na área da imprensa, rádio e televisão, surpreendi-me com essa informação, dizendo que jamais havia tido notícia da existência desse ministério na França.

Já quase meia-noite, o governador Montoro telefonou para o hotel, estranhando: você disse a Tancredo que não existe esse ministério na França, mas verifique, porque a informação é exata.

Provavelmente Tancredo estivesse preparado para essa indicação de Fernando Lyra, mas os acontecimentos colocaram o presidente Sarney no dilema entre a Casa Civil e a Justiça, e o deputado pernambucano acabou titular desta última pasta.

Agora, mais experimentado, o presidente Sarney vive sob a pressão dos grupos partidários (PMDB, PFL, PTB) e dos chefes de Executivo estaduais, relativamente à composição ministerial.

Pode agora sair-se melhor, aproveitando a experiência positiva e negativa que acumulou.

Igualmente não é fácil a composição do secretariado nos Estados e o presidente vai aguardá-la para ver se algum ministeriável foi absorvido.

A composição tem em conta, em alguns Estados onde o PMDB não fez maioria nas Assembléias Legislativas, o acordo com partidos que não participaram da campanha, nem apoiaram o candidato vitorioso, procurando costurar o quórum indispensável à aprovação das propostas do governo.

É evidente que, se os integrantes das Assembléias Legislativas tivessem uma outra

formação, as proposituras de interesse público não dependeriam de acordo feito à base de cargos e vantagens. Os projetos bons seriam aprovados e os maus, rejeitados. Mas, o que tem ocorrido, lamentavelmente, vai repetir-se: para aprovar os bons projetos o governo precisa fazer o acordo, porque não é o interesse público que determina os critérios para essas decisões. E os projetos impopulares do governo não contariam com a complementação numérica para sua aprovação, sem a existência de uma maioria. Resta, ainda, o subterfúgio que também depende da ausência programada, o decurso de prazo, imoral instrumento da farsa parlamentar no conluio com o governo e que significa a aprovação do projeto exatamente porque ele não foi votado...

O impasse, tanto na área ministerial quanto no campo das secretarias estaduais, chega, às vezes, às raias do ridículo. E, nessa pantomima de acordos, não chega a escapar sequer a presidência do órgão Legislativo, ou melhor, de um dos Poderes. Ninguém deve ter esquecido que, em alguns casos, a escolha recaí naquele que não tem condições de ocupar o posto. A briga grupal e pessoal cretiniza o processo de decisão. Num impasse que marcou história em São Paulo, por não ser possível um acordo entre grupos partidários, foi escolhido presidente da Assembléia exatamente um que não tinha o mínimo de condições sequer de atritar com qualquer deles, o sr. Leonel Júlio.

Já a hierarquia militar tem outras facilidades de encaminhamento, em razão até da própria estrutura hierarquizada.

O Alto Comando, composto dos comandantes militares das várias regiões e setores, tem sua renovação promovida automaticamente com as reformas dos generais que o

compõem. Assim, a chamada "expulsória", que ocorre toda vez que o oficial alcança o período de caserna ou de permanência no posto, obriga sua substituição.

Quando Tancredo Neves, que teve três irmãos generais, examinava a relação dos integrantes do Alto Comando, com fichas atualizadas sobre cada um deles — seu período de permanência no generalato, suas relações de família ou parentesco com outros militares, seus hábitos esportivos, seu passado de caserna, suas preferências políticas etc —, verificou que, em abril de 1987, estariam substituídos, naturalmente, todos os seus integrantes. Só nos primeiros meses do governo da Nova República, eram três as substituições pela expulsória.

Lembro-me de uma fase anterior à escolha pelo Colégio Eleitoral, ainda na campanha das diretas, quando entreguei, num palarque em uma praça de João Pessoa, na Paraíba, uma relação dos componentes do Alto Comando, com respectivas fotografias, inclusive informações sociais, e demais dados indispensáveis a uma aferição real. Tancredo colocou os documentos sob o braço e reagiu com irritação quando um assessor quis seguir os papéis, como de hábito.

Realmente, completa-se no dia 1º de abril a reformulação total do Alto Comando, com a saída para a reserva, após os 12 anos de interstício no posto, dos generais-de-exército Otávio Medeiros e Brum Negreiros.

Sarney tem, assim, um Alto Comando totalmente composto na Nova República, e poderá ter um Ministério mais afinado com compromissos de governo, visando recuperar a popularidade, a credibilidade e a efetivação das reformas prometidas pela Aliança Democrática.